

Brasília/DF, 22 de setembro de 2026.

Ofício ANUP Nº 57/2026

CARTA ABERTA AOS PRESIDENCIÁVEIS

O ensino superior privado e o desenvolvimento do Brasil — agenda para o ciclo 2027–2030

Aos candidatos e candidatas à Presidência da República,

A Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP), subscreve este documento que dirige-se, de forma técnica e apartidária, aos candidatos e candidatas à Presidência da República para apresentar a agenda prioritária do ensino superior privado brasileiro para o próximo ciclo de governo.

O setor privado é hoje o principal motor de formação superior no Brasil: 8,2 milhões de matrículas de graduação (cerca de 80% do total), presença em 3.255 municípios, 81% dos concluintes de cursos de graduação do país e 68% dos professores da educação básica formados. Essa capilaridade resulta de investimento privado consistente, com baixo custo direto ao Estado — inclusive para os 72% dos nossos estudantes que vêm de famílias com renda de até 4,5 salários mínimos, cerca de 5,9 milhões de brasileiros que hoje têm acesso à formação superior por meio da iniciativa privada.

Mais do que ampliar o acesso a um diploma, o ensino superior deve preparar profissionais para o trabalho, elevar a produtividade e ampliar a capacidade de cada brasileiro de construir sua trajetória com autonomia. Instituições privadas, pela proximidade com o mercado de trabalho e pela capacidade de responder com agilidade às transformações econômicas e tecnológicas, têm papel decisivo nesse processo. Uma política de educação superior orientada à empregabilidade, à qualidade e aos resultados fortalece a liberdade de escolha dos estudantes, amplia a renda das famílias, atende às necessidades das empresas e contribui para o crescimento sustentado do país.

.....

+55 (61) 98369-8537
faleconosco@anup.org.br
anup.org.br

SGAN 601, Edif. Ion, Lote H, Sala 54
SS1 (Impact Hub) – Asa Norte
CEP. 70.830-018 – Brasília/ DF



Essa contribuição decorre da nossa capacidade comprovada de gerar oportunidades com eficiência, produtividade e responsabilidade fiscal, e é a partir dela que submetemos a esta e às demais candidaturas cinco eixos de compromisso, cada um com propostas concretas para o próximo governo.

1. Representação institucional nos espaços decisórios

O setor privado responde por 80% das matrículas de educação superior do país e é o mais impactado pelas políticas que o regulam. Sua dimensão, capilaridade e capacidade de investimento justificam que a experiência concreta de quem oferta educação superior esteja adequadamente representada nos espaços em que são formuladas as políticas para o setor. A Lei nº 4.024/1961, com redação da Lei nº 9.131/1995, já garante participação de entidades representativas nas indicações de conselheiros do Conselho Nacional de Educação (CNE) — dispositivo que defendemos ver plenamente exercido.

Propostas:

- Assegurar representação do setor privado em colegiados e órgãos consultivos e deliberativos do Sistema Nacional de Educação, com destaque para o CNE.
- Priorizar, nas indicações, conselheiros com vivência prática na operação da oferta de educação superior e conhecimento das demandas dos estudantes e do mercado de trabalho.

2. Estabilidade regulatória e segurança jurídica

Mudanças regulatórias recentes e sucessivas — como o Decreto nº 12.456/2025 e as Diretrizes Curriculares Nacionais em debate no CNE — têm gerado dificuldades de adaptação para instituições e estudantes, com parecer do CNE de junho de 2026 ainda pendente de homologação pelo MEC.

Instituições de ensino precisam de regras claras, previsíveis e duradouras para planejar, investir e inovar. A estabilidade regulatória e a segurança jurídica são condições para estimular investimento privado, concorrência, inovação e melhoria contínua da qualidade, com benefícios diretos para estudantes e para o país.

.....



Propostas:

- Avaliar os resultados das mudanças já aprovadas antes de novas medidas regulatórias sobre formas de oferta, privilegiando decisões baseadas em evidências e nos resultados efetivamente alcançados.
- Assegurar que as DCNs sigam as regras já aprovadas por decreto, sem impor presencialidade adicional aos formatos semipresencial e EaD.
- Estabelecer cronograma estruturado e estável para o Enamed, com confirmação de sua natureza de exame de proficiência.

3. Modernização dos programas de acesso ao ensino superior

O Fies alcança hoje apenas 1,9% dos estudantes de instituições privadas, com carteira de R\$89,9 bilhões em março de 2026, dos quais R\$57,9 bilhões em contratos inadimplentes (MP nº 1.355/2026). Reduzir esse passivo e elevar a eficiência do gasto público em financiamento estudantil é condição para que o programa sirva a mais estudantes com os mesmos recursos do contribuinte. O Prouni, por sua vez, concedeu 174,9 mil novas bolsas em 2025 em apenas 1.182 instituições — cerca de metade das aptas a aderir ao programa.

O financiamento estudantil deve combinar ampliação de oportunidades, responsabilidade individual e eficiência no uso dos recursos públicos. O objetivo deve ser oferecer financiamento sustentável a quem terá capacidade futura de pagamento e concentrar bolsas nos estudantes que efetivamente necessitam de apoio público, ampliando o alcance das políticas sem transferir ineficiências ao contribuinte.

Propostas:

- Fortalecer o Fies e direcionar o programa aos estudantes com maior capacidade de pagamento, contribuindo para a sustentabilidade do programa, reduzindo a inadimplência e tornando o financiamento estudantil mais eficiente como instrumento de acesso e mobilidade social por meio da qualificação profissional e do trabalho.
- Elevar os tetos de financiamento do Fies, compatibilizando-os com os custos das mensalidades mais caras e de maior procura.

.....



- Implementar o pagamento vinculado à renda, já previsto em lei e ainda não implantado, aproximando as obrigações do beneficiário de sua efetiva capacidade econômica.
- Extinguir a boletagem única da Caixa Econômica Federal, permitindo que as instituições controlem e cobrem diretamente os pagamentos de coparticipação dos estudantes.
- Ampliar benefícios tributários do Prouni, com destaque para a desoneração da folha de pagamento das instituições aderentes, convertendo a economia em mais bolsas.
- Proteger o PROUNI de impactos indiretos por decisões que afetem imposto de renda ou contribuições e acabam levando ao esvaziamento do programa.
- Criar programa complementar de concessão direta de bolsas pelo poder público para estudantes de renda incompatível com financiamento, cujo custo pode ser menor que o do Fies frente ao volume de recursos hoje perdido em renegociações de dívida, priorizando sempre a alternativa que apresente melhor relação entre custo público e resultado para o estudante.
- Ampliar o Prouni para estudantes de menor renda.

4. Reconhecimento do EaD como via eficiente de acesso ao ensino superior e à qualificação profissional

O setor privado responde por 63% das matrículas presenciais e por 96% das matrículas em EaD do país — modalidade que amplia o acesso à educação superior a um custo por estudante mais baixo, inclusive fora dos grandes centros urbanos. Além de ampliar a capilaridade da formação, o EaD oferece flexibilidade a milhões de brasileiros que precisam conciliar estudo, trabalho e responsabilidades familiares.

A política educacional deve privilegiar a qualidade e os resultados efetivamente alcançados pelos estudantes, em vez de presumir que uma modalidade ou formato seja, por si só, superior a outro. A diversidade de formas de oferta amplia a liberdade de escolha do estudante e estimula as instituições a inovar e competir por qualidade, eficiência e capacidade de preparar seus alunos

.....



Propostas:

- Avaliar todas as modalidades de oferta pelo mesmo padrão, com foco em resultados de aprendizagem e empregabilidade **dos egressos**.
- Assegurar tratamento equivalente ao EaD nos programas federais de financiamento e fomento à educação superior, **observados os mesmos critérios de qualidade e resultados aplicáveis às demais modalidades**.

5. Fortalecimento do ensino técnico e articulação com o ensino superior

O setor privado já responde por 69% das matrículas técnicas concomitantes e 63% das subsequentes (2025), evidenciando sua capacidade de ampliar a conexão entre ensino técnico e graduação.

O Brasil precisa formar profissionais em sintonia com as transformações do mercado de trabalho e com as necessidades concretas do setor produtivo. Fortalecer o ensino técnico significa aproximar formação e emprego, elevar a produtividade da economia e oferecer aos jovens diferentes trajetórias de qualificação e inserção profissional, reconhecendo que a graduação tradicional não é o único caminho para o desenvolvimento individual e a geração de renda.

Propostas:

- Retomar o Pronatec, com participação das instituições privadas de educação superior e orientação da oferta às demandas de qualificação profissional e do mercado de trabalho.
- Ampliar as parcerias do Programa Juros por Educação com o setor privado nos estados e no Distrito Federal.
- Criar programa complementar, mantido pela União, para acelerar a oferta de educação profissional técnica de nível médio, inclusive integrada à EJA, com avaliação de resultados e atenção às necessidades do setor produtivo.
- Implementar programa nos moldes do Prouni para cursos técnicos, com desoneração da folha em vez de isenção de PIS/Cofins.



Conclusão

Esses cinco eixos são condições para que o setor que forma a maior parte dos profissionais de nível superior do país continue a gerar emprego, renda e capital humano qualificado para o desenvolvimento econômico do Brasil.

O ensino superior privado brasileiro demonstra que é possível ampliar oportunidades combinando inclusão, investimento privado e responsabilidade fiscal. Sua capilaridade permite levar formação a milhões de brasileiros, inclusive fora dos grandes centros, mobilizando predominantemente recursos privados e com baixo custo direto para o Estado e para o contribuinte.

Mas o acesso à educação superior não deve ser entendido como um fim em si mesmo. Seu resultado mais importante está na capacidade de transformar formação em trabalho, trabalho em renda e renda em autonomia. É por meio da qualificação profissional e da empregabilidade que a educação promove uma das formas mais duradouras de mobilidade social: aquela construída pela capacidade de cada pessoa de desenvolver suas competências, ingressar no mercado de trabalho, empreender, aumentar sua produtividade e construir sua própria trajetória.

Para continuar desempenhando esse papel, o setor privado precisa de um ambiente que reconheça quem investe, inova e assume riscos para ampliar a oferta educacional. Segurança jurídica, estabilidade regulatória, liberdade para desenvolver diferentes modelos de ensino e avaliação rigorosa baseada em resultados são condições para preservar investimentos existentes e estimular novos investimentos em qualidade, tecnologia e expansão.

A agenda aqui apresentada parte, portanto, de uma convicção simples: o setor privado amplia o acesso à educação superior, mobiliza investimento com baixo custo direto ao contribuinte, forma profissionais para as necessidades do país e promove mobilidade social por meio do trabalho e da geração de renda. Cabe ao poder público estabelecer padrões de qualidade, avaliar resultados, assegurar concorrência e oferecer um ambiente regulatório estável para que essa capacidade continue a se desenvolver.

.....

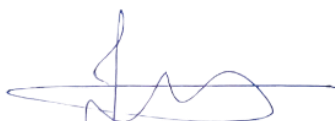


Essa combinação — iniciativa privada, oportunidade, empregabilidade, eficiência do gasto público e segurança jurídica — constitui uma agenda de desenvolvimento econômico e social que pode ser compartilhada por diferentes visões de país e submetida, de forma técnica e apartidária, a todas as candidaturas à Presidência da República.

Essa agenda ganha ainda mais importância diante de um cenário demográfico que, desde 2025, vem reduzindo de forma continuada o número de jovens em idade universitária — tendência projetada para as próximas três décadas. Esse quadro exige política de Estado estável e de longo prazo, não ajustes de curto prazo.

Colocamo-nos à disposição de todas as candidaturas para aprofundar tecnicamente cada um dos pontos aqui apresentados, com dados, estudos e propostas de redação legislativa e regulatória.

Respeitosamente,



Juliano Griebeler

Presidente ANUP

